

Autor de denúncias, Sindicato defende rigor da operação Carne Fraca

A mídia nacional e internacional vem repercutindo a denúncia do Delegado do Anffa Sindical no Paraná (DS-PR), Daniel Gouvea Teixeira, que originou a operação Carne Fraca, da Polícia Federal, deflagrada dia 17 de março com a prisão de 38 pessoas envolvidas em um grande esquema de venda ilegal de carnes, dentre elas, Auditores Fiscais Federais Agropecuários. Ao programa Fantástico, da TV Globo, o sindicalista detalhou algumas irregularidades durante fiscalização a um frigorífico de Curitiba (PR).

Sobre a Operação, em nota, a PF afirmou que as superintendências regionais do Ministério da Pesca e Agricultura dos Estados do Paraná, Minas Gerais e Goiás atuavam de acordo com o interesse das empresas, em suposta organização criminosa liderada por Fiscais do MAPA, que recebiam propina e facilitavam a produção de produtos adulterados, emitindo certificados sanitários, sem fiscalização.

Até o momento, esta é a maior operação já realizada na história da PF, com atuação de 1100 policiais em seis Estados (Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul,

Minas Gerais e Goiás) e no Distrito Federal. Para o presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto, tal investigação está alinhada aos objetivos dos AFFAs de aprimorar a inspeção de produtos de origem animal no Brasil.



O presidente gravou um vídeo direcionado à população e à categoria. Nele, Maurício fala que a categoria é solidária à operação e que a esmagadora maioria dos profissionais da carreira são éticos e comprometidos com a qualidade e segurança alimentar da população brasileira.

“Defendemos e reivindicamos a implantação de processos meritocráticos na indicação dos gestores do Ministério, visando o fim da interferência de indicações políticas”, diz Porto em um dos trechos.

Além do vídeo, também foi divulgada uma nota à imprensa com o posicionamento da entidade sobre o assunto.

Esclarecimento - Cerca de 150 AFFAs do Distrito Federal se reuniram, dia 20/03, no estacionamento do anexo do Ministério da Agricultura, para discutir a organização de um ato em defesa da Fiscalização Federal Agropecuária e dos trabalhos desenvolvidos pelo MAPA para garantia da segurança alimentar da população.

De acordo com Ângelo de Queiroz, delegado da DS-DF, a ideia do ato é responder à sociedade quanto à credibilidade do trabalho realizado pelos AFFAs, demonstrar apoio à Operação Carne Fraca e repúdio aos atos criminosos que foram identificados no esquema de corrupção revelado pela Polícia Federal.

“Queremos demonstrar a importância do fortalecimento da Fiscalização por meio de medidas como a adoção da meritocracia, a realização de concurso público e a formação profissional por meio da Escola Nacional de Gestão Agropecuária”, exemplifica o delegado.

Dirigentes se reúnem com secretário da SDA

Novos certames, adicional de fronteiras, meritocracia, ponto eletrônico, entre outros assuntos, foram foco de reunião com o secretário de Defesa Agropecuária, Luis Rangel.

Recadastramento é fundamental para recebimento de proventos

Em sua coluna, o diretor de Aposentados e Pensionistas, José Luiz Castilhos, reforça a necessidade dessa atualização para ter acesso ao benefício.

Sindicato discute pautas administrativas com secretário de Defesa Agropecuária

O vice-presidente do Anffa Sindical, Marcos Lessa, o delegado sindical do DF, Ângelo de Queiroz e a diretora de Comunicação da DS-DF, Laucir Gonçalves, se reuniram, dia 9 de março, com o secretário de Defesa Agropecuária, Luís Rangel, para discutir as pautas administrativas do Sindicato e outros assuntos de interesse dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFAs).

Com a nota técnica e o trabalho do GT (Grupo de Trabalho) do Adicional de Fronteiras finalizado, em mãos, Lessa informou à Rangel que, de todos os Ministérios das categorias contempladas pela Lei nº 12.855/2013, apenas o Ministério da Agricultura ainda não apresentou a relação de cidades fronteiriças.

Rangel informou que iria anexar a nota técnica com a lista de localidades elaborada pelo GT no processo do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) já existente, e que falaria com o secretário executivo para enviar ao MAPA.

Concurso de remoção – O tema, que tem levantado dúvidas de diversos filiados, devido à espera, desde a finalização do processo seletivo, também foi levantado pelos sindicalistas.

“Estamos em fase de acomodação, mas os aprovados terão sua remoção efetivada. Além disso, estamos montando uma política de recursos humanos que prevê concursos de remoção com uma frequência bem maior”, assegurou Rangel. Ainda segundo ele, deve ocorrer um novo concurso de remoção, em breve, dessa vez abrangendo todas as profissões que compõem a categoria.

Sobre esse segundo concurso, o vice-presidente Lessa solicitou que os AFFAs em estágio probatório participem do processo, questão que Rangel ficou de avaliar.

Concurso público – O déficit de pessoal foi novamente abordado.

“Hoje nosso quadro é o mesmo de 2002. Além disso, é preciso apresentar um planejamento para que ocorram concursos plurianuais de reposição da força de trabalho”, frisou Lessa.

Rangel informou que, enquanto não for findado o reenquadramento de pessoal já existente no MAPA, via remoção, não será possível a realização de um concurso público. Ele sinalizou que a SDA está trabalhando em um projeto estruturado para a realização de um concurso público, porém é preciso força por parte da Secretaria Executiva. “Queremos otimizar o quadro que já existe, dentro do que for possível, para somente depois realizar um concurso externo”, explicou.

Meritocracia - A implementação do decreto nº 8.762/16 se encerra já em maio deste ano. Marcos Lessa destacou a necessidade de que a escolha para novos superintendentes do MAPA já seja realizada com base em um processo meritocrático e destacou a importância das escolhas por meritocracia também dentro da SDA.

“Sempre tentamos abrir um edital e fazer recrutamentos nesse sentido, mas não existe um padrão e um disciplinamento, uma portaria sobre esse processo. Quero conhecer esse trabalho e, se a Secretaria Executiva não lançar, a SDA irá fazer. Se eu me identificar, pelo menos parcialmente, com esse trabalho da Meritocracia, me comprometo a fazer alguma coisa nesse sentido”, comprometeu-se Rangel.

O vice-presidente Lessa rebateu que esses padrões e disciplinamentos já estão contidos no trabalho do GT da Meritocracia que está incluso no SEI.



Ponto Eletrônico - Os diversos problemas que têm surgido com o lançamento da nova Portaria de Ponto Eletrônico também foi tema de discussão. Lessa, levantou os pontos críticos acerca da nova portaria, especialmente com relação à ausência de um banco de horas.

“Se um AFFA está em uma fiscalização e dá o horário de bater o ponto, ele para? Já que não tem direito a banco de horas? Ou fica e trabalha de graça? Temos que provocar essa discussão”, enfatizou Lessa. O delegado da DS-DF, Ângelo de Queiroz, destacou que isso pode causar danos ao trabalho e ao Ministério. “Isso pode causar um engessamento no trabalho”, afirmou.

O secretário afirmou que os problemas iniciais já eram esperados e que o Sistema passa por uma adequação, especialmente baseando-se em sistemas usados por outros Ministérios. Ficou definido que o Sindicato fará uma petição mapeando todos os pontos críticos da Portaria para algumas atividades de trabalho dos AFFAs, pedindo sua revisão.

Aproveitando a oportunidade, Lessa solicitou que o MAPA fosse incluído na Portaria Interministerial Nº 75, que abrange os Ministérios da Fazenda, do Trabalho e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e que dispõe sobre o plantão, a escala e o regime de turnos alternados por revezamento da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Novas carteiras profissionais - Outro assunto tratado foi sobre a necessidade de emissão de novas carteiras funcionais com a nomenclatura de Auditor Fiscal Federal Agropecuário (AFFA). Marcos Lessa aproveitou a oportunidade para ressaltar que, muitos AFFAs, nunca nem sequer chegaram a receber a carteira de Fiscal, por alguma falha do MAPA.

A SDA ficou de verificar com a Coordenadoria Geral de Recursos Humanos (CGRH/MAPA) se há viabilidade imediata para confecção do documento, dentro do próprio RH do Ministério.

Modernização do Riispoa - O vice-presidente aproveitou a oportunidade para indagar Rangel sobre as alterações feitas no texto final do trabalho do GT de Modernização do Riispoa, publicado pelo MAPA. "Tivemos conhecimento de que o trabalho que foi encaminhado para a Casa Civil era diferente do encaminhado pelo GT", afirmou Lessa.

O secretário explicou que a Secretaria Executiva aproveitou trabalhos antigos acerca da modernização do Riispoa que já vinham sendo realizados, desde 2008, e nivelou com o trabalho do GT. "A partir disso, a Secretaria fez algumas contribuições pontuais de prática regulatória", explanou Rangel.

Questionado a respeito do sigilo das informações do documento encaminhado pela Secretaria Executiva à Casa Civil, Rangel conta que foi uma estratégia do gabinete do Ministro.

Rodízio - Por fim, o grupo tratou de recente polêmica após determinação do MAPA de promover o rodízio de servidores encarregados de inspeção e fiscalização somente na SFA (Superintendência Federal Agropecuária) do Rio Grande do Sul. A DS-RS chegou a publicar nota de repúdio contra a ação.

Rangel explicou que a determinação se deu em caráter exclusivo,

pois se tratou de uma apuração específica de um caso, realizada no RS. Entretanto, ele concorda que, "pela ótica pontual, não faz sentido não existir uma política nacional quanto a isso".

"Um rodízio de servidores também se soma à uma preocupação que o próprio Sindicato tem em deixar um servidor na mesma localidade, correndo riscos, por 40 anos, por exemplo. Ficaria mais confortável se o ministro determinasse um expediente e desse esse entendimento para todo o Brasil e a gente está tentando isso", afirmou Rangel.

O Sindicato ressaltou que é preciso ter cuidado com os critérios a serem utilizados com a efetivação do rodízio nos estados. "Deve ser realizada uma ampla e transparente discussão a respeito desse assunto para que os servidores não venham a ser prejudicados com essa prática", destacou o vice-presidente Lessa.

Especialista esclarece dúvidas sobre a reforma previdenciária no CDS



Durante a reunião do CDS (Conselho de Delegados Sindicais), realizada entre os dias 13 e 17 de março, em Brasília, o analista político e Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, conhecido como Toninho, tirou dúvidas dos participantes sobre a Reforma da Previdência. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16 aguarda início dos trabalhos da comissão especial da Câmara dos Deputados.

Um dos problemas abordados foi a regra de transição para aqueles que

estão perto da aposentadoria, que só valerá para o tempo de aposentadoria. Já para o cálculo do benefício, valerá a nova regra proposta. Trabalhadores nessa situação deverão cumprir um período adicional de

contribuição, ou seja, uma espécie de "pedágio", equivalente a 50% do tempo que faltaria para atingir o tempo de contribuição exigido.

A respeito de ruídos afirmando que os servidores públicos manterão alguns privilégios na Reforma, o especialista esclareceu que muito do que sai na mídia não sai com as informações completas.

"Há notícias verdadeiras, mas desonestas quando se trata, por exemplo, da contribuição. Muitas vezes esquecem de dizer que o servidor contribui sobre a totalidade, enquanto o trabalhador do setor

privado contribui apenas sobre o teto do INSS. Às vezes acredita-se que o servidor não paga imposto de renda. O problema é dar uma informação verdadeira, mas que muitas vezes está incompleta", acrescentou.

Mobilização - O Sindicato participou, dia de 15 de março, da Mobilização Nacional contra a Reforma da Previdência em várias regiões do país.

"Estamos unidos contra essa PEC, que é uma subtração de direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos", enfatizou o presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto.

Um dia antes do ato, representantes da Direx e delegados sindicais coletaram assinaturas em apoio às emendas apresentadas pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) à PEC 287/16, na Câmara dos Deputados.

ESPAÇO DO APOSENTADO E PENSIONISTA

POR: JOSÉ LUIZ CASTILHOS



• Pessoal, não se esqueçam de fazer o RECADASTRAMENTO. É obrigatório, sob pena de não receber os proventos. No mês de seu aniversário, vá ao Banco ou ao RH do MAPA e se recadastre. Vou repetir esta recomendação todos os meses, aqui, nesta coluna. Tenho acompanhado diversos colegas que esquecem e, como consequência, não recebem seus proventos.

• Estamos em plena batalha contra a Reforma da Previdência. A proposta do governo é muito radical. Todos nós temos que participar dos movimentos que estão sendo feitos pelas entidades de classe, para que ela não seja aprovada. Temos esperança que vamos conseguir amenizar os prejuízos que estão nos apresentando.

• O nosso Sindicato está participando ativamente em todas as esferas do governo. Conclamamos a todos para se engajar nesta empreitada, que é árdua, mas não impossível de ser vencida.

• Solicitamos que as Delegacias Sindicais que têm interesse em fazer Cursos e Encontros de Aposentados e Pensionistas nos seus Estados, entrem em contato com a nossa Diretoria.

• Peça ao político que você votou, para não aprovar a Reforma da Previdência.

• Não esqueçam que este ano teremos o nosso Congresso que será realizado em Brasília, o IV CONAFFA. Esperamos o comparecimento em massa de aposentados e pensionistas. Será nos dias 02 a 06 de outubro de 2017.

• Dia 8 de março foi o dia Internacional das Mulheres. Mesmo atrasado, os nossos parabéns às Mulheres Aposentadas, Pensionistas e as que ainda estão em atividade.

• "A metade de meus homens de governo não é capaz de nada e a outra metade é capaz de tudo". Getúlio Vargas (1954).

* Parabenizamos o, colega AFFA Jose dos Santos Lima Filho que completou 96 anos em 15/03. Formado pela UFRPE, da turma de 1947, ele é um exemplo a ser seguido por todos nós.



• "Os chefes devem ter sempre em mente o seguinte princípio : Aqueles que eles governam precisam ser tão felizes quanto possível". Marco Túlio Cícero (106-43 a.c)

• "O Juiz não é nomeado para fazer favores com a justiça, mas para julgar segundo as leis". Platão (428-348 a.c)

• "Não basta ter as mãos limpas, é necessário ter o espírito puro". Tales de Mileto (623-546 a.c)

• O Sindicato Nacional, através da Diretoria de Aposentados e Pensionistas, realizou mais um evento, desta vez em Uberlândia, no dia 09/03, juntamente com a DSMG. Tivemos a presença do Presidente Maurício Porto, do delegado Rubens Soares Leite, e do representante da SS Uberlândia, AFFA Daniel Simões Targa, também chefe da UTRA. Os participantes, total de 26, são AFFAs locais, de Uberaba e de Patos de Minas.

José Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

E-mail: aposentados@anffasindical.org.br

Fone: (61) 99135-0867